



Anais da Assembléia

Nº 10

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1976

TERÇA — FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho. (47); Achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Roberto Soares, Rosário Pitelli, Werner Wanderer e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

OFÍCIOS*

Sob os nºs 14,15,16 e 08/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADOS os Projetos de Lei nº:

169/75*

Do Senhor Deputado João Cioni Neto, que dá nova Redação ao inciso XVI, do Artigo 60 da Lei complementar nº2, de, 18/06/73, o qual convertido em Lei tomou o número 5. **Agradeça-se.**

124/75:

Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Astorga, com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o número 6.769.— **Agradeça-se.**

154/75:

Do Senhor Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública, a Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, com sede na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 6.768.— **Agradeça-se.**

145/75:

Do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, que declara de Uti-

lidade Pública a Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná, com sede nesta capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.772.— **Agradeça-se.**

Ofício nº 28/76,

Do Senhor Governador do Estado, no qual formula agradecimentos pelo pronto atendimento desta augusta Casa de Leis, ao pedido de autorização para o Senhor Vice Governador do Estado se ausentar do País.— **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

— Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa um voto de pesar pelo falecimento do Sr. AGAMENON PEREIRA, comerciante pioneiro em Paranavaí.

Outrossim, solicita ainda, se aprovado o presente requerimento, seja comunicado à família enlutada, (Sra. Lourdes Pereira dos Santos, R. Rio G. do Norte, 706 - Paranavaí).

Sala das Sessões, em 16 de março de 1976.

a) WALDENICIO BARBALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, pede que ouvido o plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor João Rodrigues Venegas, ocorrido na cidade de Arapongas, onde residia há longa data, em data de ontem.

Antigo militante dos quadros políticos locais, também foi um dos trabalhadores pela manutenção do futebol profissional de Arapongas, tendo angariado larga estima e admiração de seus concidadãos, tornando-se credor das homenagens póstumas que lhe são prestadas.

Pede que, do presente, uma vez aprovado, seja dado conhecimento à Câmara de Vereadores de Arapongas, bem como aos seus familiares, nas pessoas de seus filhos Valdir Lopes Venegas, e João Carlos Lopes Venegas, nos seus respectivos, junto ao Fórum e Caixa Econômica Federal locais.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1976.

a) MUGGIATI FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inserção em ata de voto de regozijo pela nomeação, para a Direção do Centro de Desportos da Universidade Federal do Paraná, do esportista Barcímio Sicupira Júnior, que saberá corresponder à altura, a missão que lhe foi confiada pelo Magnífico Reitor Teodócio Atherino, e que merece também, na oportunidade de sua investidura no cargo, a confiança desta Assembléia Legislativa.

Requer, outrossim, que da decisão do plenário, dê-se ciência ao Professor Barcímio Sicupira Júnior, bem como à Reitoria da Universidade Federal do Paraná,

Sala das Sessões, em 16 de março de 1976.

a) ACCIOLY NETO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, nos termos do Regimento Interno, ouvido o plenário, requer a transcrição nos Anais da Casa do artigo sob o título "Primeiro Ano", Editorial do jornal "Diário do Paraná", edição do dia 15 do corrente mês.

O colunista foi feliz ao registrar a efeméride comemorativa do primeiro aniversário da administração Jayme Canet Jr, ao historiador antecedentes da sua posse e ao significar a austeridade que caracteriza a pessoa do Governador.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1976.

a) IVO THOMAZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer a V. Exa., que ouvido o plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, com formal PROTESTO pelo descaso com que está sendo tratado o povo da Palmeira, no que diz respeito a estrada Palmeira-Ponta Grossa: que, agora, em plena safra e por onde é carregada a produção, não só do próprio município, mas de outras, como Porto Amazonas e São João do Triunfo, está em total abandono, impossibilitando o tráfego, especialmente em dias de chuva.

Dado esse fato e a grande produção do município, especialmente neste ano, apela-se ao Senhor Secretário dos Transportes para um pronto atendimento da população.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1976.

a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. RENATO ANTONIO JOHNSON, Presidente da Companhia Paranaense de Telecomunicações - TELEPAR, reiterando a solicitação no sentido de que sejam urgenciados os serviços de implantação do sistema telefônico nos municípios de Capitão Leônidas Marques e Catanduvas, cujos equipamentos poderão ser montados dentro de poucos meses, os quais pelas informações que temos foram entregues pelos fornecedores estrangeiros e se encontram na posse dessa Companhia.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1976.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme já tivemos oportunidade de expor em requerimento encaminhado no início do ano passado, esta reivindicação vem sendo objeto de justas e reiteradas manifestações, tanto de autoridades municipais quanto da população em geral, através de suas lúdicas representações comerciais, agrícolas, religiosas e dos diversos setores da vida, sócio-econômica das mencionadas comunas.

Esses dois municípios representam núcleos de grandes produções agrícolas e indústrias extrativas de maneira, nas margens do Rio Iguaçu - margem direita - tendo como escoadouro desses produtos a BR-277, e os meios de comunicação restringem-se a precárias estradas naturais que demandam a Cascavel.

Os contatos com outras partes do Estado e do País são feitos através do centro comercial da micro-região, que é a chamada Capital do Oeste - Cascavel.

Ademais, apesar de produzirem quase no anonimato, Catanduvas, por exemplo, é o município de maior colheita de milho do Estado, mesmo sendo caracterizado por terrenos dobra-

dos, acidentados e de poucas estradas. Atualmente, é respeitável, também a produção de arroz, soja, sem mencionar o feijão, o

Capitão Leônidas Marques, com vasto território e em análogas condições de produtividade, padece ainda com o intrincamento do problema das áreas de terras sob o domínio do INCRA, órgão de discreta atuação no setor e que muito tem contribuído para obstar o seu desenvolvimento urbano.

A necessidade de dispensar especial atenção a esses municípios se impõe até por questões de retribuição da renda que ambos propiciam ao Estado e ao País, além das respectivas administrações, que claudicam nas metas do desenvolvimento.

Dai porque entendemos que é dever urgente do Estado, através da TELEPAR, beneficiar tanto Catanduvas como Capitão Leônidas Marques com esse sistema de comunicações, dentro do menor prazo possível.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 12/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA DE MARINGÁ", com sede no município de Maringá, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1976.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria de Maringá, com sede no município de Maringá, presta serviços de indiscutível relevância social, destinando-se à manutenção de ensinamento de princípios e fundamentos religiosos, cívicos e sociais.

Proporcionando, ainda, relevantes serviços de utilidade pública, através de um departamento de assistência social, com recursos próprios, ou através de angariação de recursos e valores oriundos de terceiros, quer particulares, quer entidades públicas ou sociais.

Encontrando-se em pleno funcionamento, e atendendo às determinações legais, enquadra-se e justifica plenamente, o presente pedido para que a mesma venha a ser declarada de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado David Federmann.

O SR. DAVID FEDERMANN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Finalmente, parece irreversível o movimento da classe dos serventuários da Justiça do Paraná, com sensível ressonância na área governamental e que visa reajustar o nível de aposentadoria dos titulares de ofício, oficiais maiores e escreventes, que não estão sujeitos a CLT. Ainda que possuam condições, esses serventuários não podem atualmente elevar os proventos de inatividade, se não for alterada a lei que os fixou. Recentemente, foi designada comissão de alto nível para os estudos respectivos.

Na situação reinante, a grande maioria dos serventuários, cujos rendimentos são mais modestos do que a minoria bem aquinhoad, não podem sobreviver, a não ser precariamente, quando aposentados por tempo de serviço, invalidez ou compulsória, isto é, aos setenta anos de idade, já que entre nós ainda não existe a vantagem legal estabelecida em São Paulo, pela qual, após exame médico periódico, podem, além daquela idade, continuar no serviço ativo, os funcionários e titulares de cartório.

Mas, o principal motivo dessa grave lacuna assistencial repousa, em grande parte, na própria classe, desorganizada e acéfala, que, até há pouco, não possuía entidade própria, além do papel, capaz de reivindicar, com legítimo interesse, atualizada remuneração inativa, a fim de assegurar aos serventuários e suas famílias manutenção satisfatória. No regime das leis de organização judiciária anteriores, havia equitativa oportunidade, quando era viável a permuta de ofícios diversos, em comarcas de entrâncias diversas e, graças ao que, os serventuários em sua velhice, doença e compulsória, procuravam amparar-se economicamente nos familiares que com eles colaboravam nas tarefas funcionais, como substitutos ou auxiliares de confiança; isso, quando não eram forçados pelas circunstâncias a recorrer à permuta com estranhos, ainda para sobreviver, se não mais podiam desempenhar o serviço ativo. Com o argumento impreciso ou tendencioso de que tal permuta feia à ética "parecendo hereditariedade", por passarem às serventias de pais e filhos — o que, em boa vontade, a ninguém prejudicava, mas, ao contrário, era útil ao serviço de absoluta confiança do titular, responsável solidário e único, em seus atos de ofício e fé pública — assim, cou ou sem razão, foi extinta essa vantagem legal e hoje, não mais há oportunidade alguma ao titular nem a seus auxiliares categorizados, entre os quais os poucos remanescentes oficiais — maiores e escreventes juramentados, de vez que não lhes foi concedida a justa prerrogativa, senão de promoção, de que se cogitara mas do próprio cargo de que são substitutos legais, com a devida habilitação, experiência e idoneidade, reconhecidas pela própria investidura concursada; e o que é mais grave: sofrendo o risco de ficarem, de uma hora para outra, a mercê do novo titular removido, e mais desamparados do que os simples assalariados que ao menos possuem fundo de garantia. . .

Essa situação do velho cartorário e seus funcionários de confiança e substitutos, no quadro presente: finalizar a vida com aposentadoria incapaz de arcar com os ônus vitais da sua e da manutenção familiar, se não tiver outras rendas particulares, agravando-se a situação, em caso de enfermidade, e agravando-se ainda mais, quando morrerem, deixam insignificante pensão de 50 por cento da aposentadoria a seus familiares.

Atualmente, a Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná, presidido pelo esforçado tabelião Joaquim Viana Pereira Filho, após entendimento com as autoridades competentes e graças à compreensão equitativa do Governador: Canet Junior, está em vias de conseguir essa antiga e esperada reivindicação de toda a classe, a qual, com os mesmos direitos das demais, não podia permanecer por mais tempo, marginalizada, quanto ao necessário amparo assistencial a seus membros, quando estes não podem, em virtude da idade, doença ou compulsória, continuar prestando seus serviços à comunidade, com proventos inativos de dois a cinco salários mínimos, mesmo em se tratando dos mais categorizados.

Perpetuar tal estado de coisas, que impede aos serventuários façam jus à aposentadoria condigna, mesmo que devam condigna, mesmo que devam contribuir com taxas previdenciárias equivalentes seria, com efeito, tão injusto e anti-social quanto desumano e absurdo. E por falar em absurdo, destaque-se este, a propósito do assunto: em razão de estarem filiados ao INPS, os atuais auxiliares de cartório, desde que tenham recursos, podem elevar sua aposentadoria ao teto (vinte SM) enquanto seus superiores hierárquicos não podem fazê-lo.

Após tantas lutas, através de cerca de um quarto de século, hoje é de voltar-se ao assunto, sob a inspiração até de magistrados amigos dos serventuários e, também, pela receptividade da atual administração estadual, começando pelo Secretário da Justiça Tulio Vargas, que saberá, sem dúvida, orientar e apressar a comissão encarregada de estudar essa aspiração dos serventuários da Justiça, pelo menos, em pé de igualdade com seus subalternos e contribuintes do INPS.

Só por resolver, como se espera, tão grave problema huma-

no e da classe, a Associação dos Serventuários da Justiça, do Paraná, à qual todos os serventuários devem filiar-se, justificaria sua recente reorganização, tal incessante interesse capaz de sensibilizar a cúpula do Governo do Estado, a quem caberá fazer, em última análise, a inadiável Justiça ao que, no Paraná, servem à Justiça.

E isso, Srs. Deputados, nada mais representará do que fazer Justiça à Justiça.

Finalmente, devo requerer à Mesa, sejam enviadas cópias deste pronunciamento aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Justiça, Secretário de Recursos Humanos, Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor Geral da Justiça e Presidente dos Serventuários da Justiça do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nunca, em nenhuma oportunidade, se proporcionou tanta liberdade aos filiados políticos, principalmente aqueles que estão em algum lugar do Estado, prestando algum serviço para o povo.

O jornal de minha cidade "Tribuna Platinense", no dia 12 próximo passado, traz em sua última página, denúncia sobre o que se cobra da Cédula de Identidade na cidade de Jacarezinho, no Posto Regional para emissão do referido documento.

Diz o tópico: (Lê)

"Em Jacarezinho, carteira de identidade é cobrada acima da tabela.

Dezenas de platinenses que têm ido a Jacarezinho para obter a 2ª via da carteira de identidade, no trocar a antiga cédula pelo modelo novo, voltam revoltados, com a extorção que estão que estão sofrendo por parte das pessoas encarregadas de coletar os documentos, para serem enviados a Curitiba.

Em princípio, a taxa não é paga no Banco do Estado do Paraná como deveria ser, isto porque os funcionários dizem, que, tem que ser paga ali mesmo na repartição, sendo, a importância cobrada, 80 cruzeiros, quando na tabela publicada no Diário Oficial do Estado no dia 31 de dezembro de 1975, estipula a referida taxa em 58 cruzeiros, sendo que a mesma deve ser cobrada no Banco do Estado através do impresso GUIA DE RECOLHIMENTO 2, não havendo qualquer despesa a ser paga, a não ser, é lógico, referente às fotos necessárias."

Tem mais ainda:

"Quando o interessado vai retirar a carteira de identidade, que veio de Curitiba, é obrigado a pagar mais uma taxa de 5 cruzeiros."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é maravilhoso ouvir prestações de contas como aquela que o Paraná ouviu ontem, o crescimento da economia do Estado, o desenvolvimento da economia do Estado, o desenvolvimento da economia desta unidade federativa, o aspecto de um trabalho ou do trabalho de um Governo altamente financista; mas é muito triste vermos, em contraposição, o que faz a Secretaria das Finanças através do DRI, como denunciemos aqui, o que vem fazendo a Secretaria de Segurança Pública através do seu Departamento de Identificação; São órgãos do Governo autorizando os seus funcionários a praticarem a extorsão, a arrancarem dinheiro do povo, e violentarem a própria consciência, a desrespeitarem a dignidade do povo do Paraná. E é por isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, nesta oportunidade encaminharemos mais um requerimento pedindo informações, agora, à Secretaria de Segurança Pública, sobre o fato que ocorre na cidade de Jacarezinho no departamento responsável pela emissão das cédulas de identidade.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando dos direitos que lhes são conferidos por Lei, e tendo em vista denúncias efetua-

das pelo jornal, "Tribuna Platinense de Santo Antonio da Platina" edição do dia 12-3-76, com referência e exorbitância da tabela de preços prevista no Regimento de Custas, requer:

1º - qual a forma de autorização complementar que essa Secretaria usou para autorizar o Departamento de Identificação de Jacarezinho e cobrar por expediente (cédula de Identidade a taxa de Cr\$ 80,00).

2º - informe ainda se o identificador ao cobrar Cr\$ 5,00 para a entrega da carteira de identidade ao requerente fornece ao mesmo o comprovante de pagamento (recibo).

Sala das Sessões, em 16 de março de 1976."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador). —

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ilustres membros da douta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dois assuntos nos trazem hoje à tribuna, para levar ao conhecimento desta Casa e do povo do Paraná, primeiro: para euforia nossa, a eleição do nosso Secretário dos Recursos Humanos, Dr. Gastão de Abreu Pires, como Primeiro Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba — a pessoa benemerita e falada, do nosso Secretário de Recursos Humanos, foi eleita, domingo, para a nova administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, de Curitiba.

Queremos valorizar neste instante, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa satisfação, quiçá da Casa e do Paraná, pela ascensão do nosso companheiro Secretário Gastão de Abreu Pires, como protetor de sua equipe de trabalho da Santa Casa de Misericórdia.

Outro tópico, queremos trazer ao povo do Paraná o nosso povo, é o requerimento sobre a pessoa do extinto ex-Deputado Avelino Antonio, Vieira. Neste instante, queremos dirigir um requerimento à Mesa, no seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer a inserção em ata de um voto de congratulações à Revista "Rumo Paranaense", pela homenagem prestada ao ilustre paranaense AVELINO ANTONIO VIEIRA, no seu número de fevereiro do corrente ano, onde focaliza a personalidade do fundador da Rede Bamerindus do Brasil.

A revista "Rumo Paranaense" ressalta com muita propriedade o homem que projetou o Paraná no cenário econômico nacional, e que dentro de seu próprio Estado promoveu inúmeras realizações de caráter cultural e filantrópico em benefício da coletividade. Junta-se assim, a Revista, as inúmeras homenagens que têm sido prestadas a AVELINO VIEIRA, considerado um verdadeiro vulto emérito que escreveu gigantesca página na vida econômica do Estado do Paraná.

Requer outrossim, que se dê ciência ao Dr. Edison Vieira, filho do ilustre homenageado, aos demais familiares, ao Sr. Cláudio Enock de Andrade Vieira, vice-Prefeito de Joaquim Távora, e à direção da Rede Bamerindus, a decisão deste plenário.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1976".

Queremos, neste instante, ressaltar a figura do homem humilde e para felicidade nossa, de tradições do Norte Pioneiro.

AVELINO VEIRA, o homem que nasceu em Tomazina, homem que ao lado de seu pai, vindo da nossa terra, da terra das nossas tradições, vindo o seu pai das terras de nossa origem, conseguiu firmar o conceito no Paraná e principalmente, no Norte Pioneiro; um conceito de uma política econômico-financeira, onde AVELINO VEIRA sempre deu demonstração de um homem de tirocínio administrativo, nas suas lides econômicas e bancárias, e principalmente, de um homem filantrópico, de um

homem que sempre soube colocar os interesses do Paraná, acima de todos os interesses.

Por isso, que esta revista que projetou e que levou o nome de AVELINO VIEIRA, a revista "Rumo Paranaense", deve ter o nosso elogio, o elogio do povo do Paraná.

Porque o Sr. AVELINO VEIRA, um dos maiores banqueiros do Paraná, quiçá do Brasil, deixou um legado aos filhos, um legado ao Paraná e principalmente ao Norte Pioneiro, legado de honra, honestidade e de humildade.

Por isso estou aqui, neste instante, apresentando este requerimento à Assembléia para conhecimento do Paraná, de que um de seus filhos foi lembrado pela Revista "Rumo Paranaense".

AVELINO VEIRA, de saudosa memória, ex-Deputado, ex-banqueiro e ex-homem humilde que nasceu nas barrancas do Rio das Cinzas, em Tomazina, projetou o Paraná e deixou um exemplo de honestidade que é a rede BAMERINDUS, deixou uma plêiade de filhos e mereceu toda a nossa admiração.

Obrigado a "Rumo Paranaense", muito obrigado ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados pela atenção reservada ao homem que foi Avelino Vieira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. — Deputados.

(Lendo): "Mais uma morte brutal defronte a um grupo escolar em Curitiba, uma menina de oito anos foi esmagada por uma tombeira que desenvolvia alta velocidade. "Há pouco tempo o próprio Presidente Ernesto Geisel, impressionado com o crescente número de escolares vítimas do trânsito, não só em nossa Capital como em todo o território nacional, fazia apelo a S. Exa. o Prefeito da cidade para que zelasse pela segurança e pela tranquilidade dos escolares, dos menores que frequentam os grupos, fazendo com que sua atuação administrativa fosse desviada para este importante setor, já que há muito tempo a Prefeitura da Capital não tem suas atenções voltadas para a segurança dos pequenos escolares desta cidade.

Nestas condições, Sr. Presidente, queremos atribuir ao Poder Público municipal de Curitiba a responsabilidade de novos acidentes que por ventura vierem a acontecer como este lamentável ocorrido. A despeito do apelo de S. Exa. o Presidente da República, do apelo da Câmara dos Vereadores da Capital, através de seus representantes tanto do MDB como da ARENA e do apelo desta Casa para que S. Exa., Prefeito Saul Raiz, nesta sua pregação onde se identifica como um dos maiores cabos eleitorais de uma próxima vitória de seu partido, não tem em sua agenda política a segurança e a tranquilidade dos pequenos escolares.

Fatos como este ocorrido demonstram a incapacidade administrativa do Sr. Prefeito, sua incapacidade no sentido da atenção a estes pequenos escolares porque o Sr. Presidente da República recomendava que as autoiridades dispensassem as maiores atenções aos pequenos escolares e especialmente às Prefeituras, faziam e fazem, ouvidos de mercador à orientação emanada do Chefe da Nação.

Talvez agora, com o doloroso exemplo que, infelizmente, atingiu uma paupérrima família, no dia de amanhã, se uma criança morta em frente a algum educandário desta cidade fôr de gente abastada, de gente ligada ao setor público, fôr ligada aos altos escalões do Estado, esta pequena manchete que está inserida numa página interna será manchete de primeira página. Coisa que não queremos que aconteça, porque primamos pelo zelo à família que administra este Paraná, preocupamo-nos também pela família dos trabalhadores, dos sacrificados trabalhadores, como foi a família atingida por esse brutal acidente.

Pedia S. Exa. o Sr. Presidente Ernesto Geisel que fosse dada uma melhor atenção à segurança em frente aos grupos escolares.

E para infelicidade do atual Governador do Estado, esse lamentável acidente ocorreu em frente ao Grupo Escolar Jayme

Canet Junior na R. Francisco Derosso, o Prefeito resolve atentar para a gravidade e apregoa que nova orientação administrativa, novo impulso, para que aquela falida imagem de seu partido político iria se incluir essa sugestão que não é minha, não é do MDB, não é dos Deputados da ARENA, mas é, principalmente, a sugestão do Presidente Ernesto Geisel, quando de sua visita ao Paraná, mais particularmente a nossa Capital.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se, de agora em diante, ocorrerem outros acidentes, serão por omissão administrativa do Prefeito que ainda não sanou essa falha que deveria, há muito ser sanada.

E Estaremos nesta tribuna para denunciar."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente,

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, devemos formular um ligeiro reparo ao pronunciamento do eminente Deputado Luia Carlos Zuk, referente a lamentável acidente ocorrido em uma das vias públicas de nossa Capital.

Já quando Vereador, na Câmara Municipal de Curitiba, por diversas vezes, manifestamos nossa preocupação, quando focalizávamos o elevado número de motoristas que desrespeitam as mais elementares leis que regulam nosso trânsito, imprimindo em seus veículos altas velocidades, colocando em risco a população. Apresentamos também sugestões no sentido de que fossem colocados sinaleiros ou lombadas próximo às vias públicas, em que se situam estabelecimentos de ensino.

Na verdade, o poder público municipal tem procurado, na medida do possível, tomar essas providências e notadamente em convênio com órgão estadual de trânsito, procurar colocar guardas para alertar os motoristas e conduzir as crianças quando atravessam as vias públicas.

Lemos no noticiário que o guarda estava em sua posição. E aí vem o reparo. Alertou o motorista e esse cidadão, talvez esquecendo que aquele local era frequentado por crianças, ou baseado na própria irresponsabilidade, continuou em sua marcha veloz e apanhou a pequena vítima.

É evidente que o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, como as autoridades públicas, se encontram chocadas por esse infausto acontecimento.

A sugestão do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, é oportuna. Talvez passemos a adotar as lombadas junto às vias públicas situadas próximas a estabelecimentos de ensino, porque me parece que é a única solução para evitar que motoristas irresponsáveis continuem a rodar pelas cidades pensando que estão nas rodovias.

Mas, Sr. Presidente, entre os fatores para a tranquilidade e bem estar do homem, notadamente os que vivem nos centros urbanos está a segurança. Para assegurá-la, têm os governos estabelecido organismos de auto-defesa dentre os quais ressalta o serviço de segurança contra incêndio, valorosamente desenvolvido em nosso Estado, pelo Corpo de Bombeiros, unidade da Polícia Militar.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queria ressaltar a V. Exa. que estamos ouvindo a oração que V. Exa. faz em defesa do povo. Queria abrir um hiato no seu discurso, para que V. Exa. também falasse dos maus guardas que dirigem o trânsito, dos guardas que consideram os motoristas como seus inimigos, que não respeitam as senhoras que estão ao volante.

Queria que V. Exa. complementasse seu discurso, com uma observação sobre os guardas. Com raras exceções, muitas vezes vemos guardas com seus revólveres 38 ou 44, com seus cassinetes, amedrontando a população pacata de nossa terra.

Por isso, estamos de acordo com V. Exa., e apenas abrimos esse parêntesis, para que os guardas sejam orientados pela alta direção da Polícia Militar, para que tanto o cidadão curitibano, para que tanto o povo do Paraná e mulheres que pagam imposto tenham no guarda de trânsito um auxiliar e não um inimigo.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradecemos o aparte do eminente Deputado Gabriel Manoel que veio trazer, em complementação, enriquecimento ao nosso pronunciamento referente aos acidentes que têm ocorrido em nossa Capital e em cidades do Paraná.

(Lendo): "Seu Comandante, Cel. Altevir Lopes, notável idealista dotado de invulgar desprendimento, desde que assumiu o importante cargo no final do ano de 1971, tem procurado dotar a corporação de instrumentos capazes para o cumprimento de desiderato daquela, aplicando as experiências, somadas no decorrer dos 26 anos de sua carreira de policial militar.

Assim é que desde logo partiu para um diagnóstico da situação da Unidade, identificando os maiores problemas que teria necessariamente a enfrentar e solucionar. Após reunir seus auxiliares na tentativa de planejar soluções a curto, médio e longo prazo, seguindo excelente filosofia de trabalho, foram estabelecidas estruturas de soluções para cada grupo de dificuldades, as quais foram consolidadas em documento conhecido como Programa de Emergência para o Corpo de Bombeiros.

Este documento, apresentou diversas proposições concernentes à prevenção contra incêndio, reorganização, reequipamento e enfocou, com ênfase, a descentralização operacional. Neste item se concluiu que "o êxito na execução das missões atribuídas ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar é função de duas variáveis: espaço e tempo as quais aliadas a um adequado equipamento ativado por pessoal corretamente preparado, formam satisfatórios os índices alcançados pelos indicadores de resultados". Na justificativa de descentralização operacional, assinala a proposta que, até historicamente, segundo narra Tito Lino, em Roma, já no ano 241 A.C., sob o comando de três "viri nocturni", eram empregados escravos à noite, em grupos, ao longo das muralhas da cidade, para efeito de socorro, do primeiro chamado de incêndio e mais, que a disciplina era tão rigorosa que chegavam a pagar com a vida aqueles que negligenciavam com a segurança, contra incêndios. Já naquela época a Milícia Vigilium, unidade de elite destinada ao combate a incêndios, era dividida em sete seções, distribuídas em sete quartéis, chamados de "Castra" dos quais era destacado pessoal para postos de incêndios. Estes postos eram distribuídos de tal forma que as sedes da milícia eram correspondentes às zonas, em que se considerava então dividida a cidade de Roma.

A gradual descentralização foi então sugerida com veemência para a cidade de Curitiba, com, inicialmente, quatro postos e numa fase posterior o desdobramento daqueles que mais aproximassem os bombeiros dos riscos a proteger.

Além da descentralização, antiga reivindicação da população dos grandes centros, foi proposta no mesmo programa de Emergência, a solução dos problemas financeiros com a criação de um Fundo Estadual de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, o qual teria como fato gerador, vistorias técnicas que passariam a ser realizados pela Unidade naqueles estabelecimentos que por força de legislação fossem obrigados a contar com dispositivos preventivos.

A proposta incluía que a cobrança de tais taxas decorriam de convênios com os municípios, sendo o Fundo ainda alimentado por outras fontes de receitas.

Com a planificação julgada praticável passou-se aos caminhos para a concretização das medidas, com apoio do Governador Jayme Canet Junior, do Secretário de Segurança Gal. Alcindo Pereira Gonçalves, do Cel. Cesar Tasso Saldanha Lemos e do Prefeito de Curitiba Engenheiro Saul Raiz.

O projeto de reequipamento em que pese a carência de recursos, vem sendo realizado com a aquisição de 2 ABIS, o mais moderno ABS, e uma escada mecânica, compatível com a altura de nossos edifícios. Aguarda-se para breve o Snorkel que virá atender urgentes necessidades.

A reorganização das estruturas foi levada a efeito com especial atenção do Comando Geral da Polícia Militar. "Conta hoje o Corpo de Bombeiros, em fase de oficialização, com uma estrutura que permitirá a unidade desenvolver sua missão e responder com facilidade as situações ditas até pelo gradual crescimento do órgão", como informou o digno Comandante, em pronunciamento que fez quando da sessão de encerramento do Seminário, sobre Organização e Administração do FUNREBROM, realizada em 11 de julho de 1975.

As propostas concernentes à prevenção, recursos financeiros e descentralização operacional também vem merecendo a devida consideração.

O município de Ponta Grossa desde logo respondeu favoravelmente às idéias, ao implantá-las num conjunto de dispositivos.

Foi celebrado para isso, um convênio Estado-Município estribado no artigo 117 da Constituição Estadual que preceitua:

"O Estado manterá, em convênio com os municípios, serviços de combate ao fogo e prevenção contra incêndios, além de serviços de segurança dirigidos pela autoridade policial, na forma que a lei estabelecer".

A Lei Orgânica dos Municípios, por sua vez, entre outras normas prevê, no título II, Competência dos Municípios: Artigo 19 - Concorrentemente com o Estado:

"VI - Dispor sobre prevenção e serviços de combate a incêndios".

Assim, por convênios foram definidos compromissos Estado-Município, criando este um Fundo Municipal, criando este Fundo de Reequipamento e Taxa de Vistoria Técnica, como fato gerador para alimentação do Fundo. Foi também criada Lei Municipal que autorizou o Executivo a firmar convênio visando a instalação de destacamento de Bombeiros.

A experiência mostrou resultados inteiramente satisfatórios, atendendo as duas partes convenientes ao Estado, com redução das custas de manutenção ao Município provendo de segurança contra incêndios a população que viu reduzir o índice de incêndios em mais de 70 por cento.

Outras Prefeituras também se vincularam ao plano pioneiramente aceito pela de Ponta Grossa, assinado os respectivos convênios.

São elas as de Londrina, Apucarana, Cambé e Umuarama.

As Prefeituras de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava e Irati brevemente assinarão documentos semelhantes.

Estuda-se ainda, a inclusão no plano dos municípios de Campo Mourão, Paranavai, Jacarezinho e Pato Branco que manifestaram através de seus executivos, interesse no mesmo.

Quanto à descentralização preconizada para Curitiba, passa-se à ação com a futura implantação de um Posto no Bairro Bacacheri, em imóvel localizado à Avenida Munhoz da Rocha, de outro, no bairro do Portão, em área reservada ao lado do Posto Policial e de um terceiro no bairro das Mercês em área já escriturada, além de outro no bairro do Boqueirão.

Assim, a Capital do Estado, a curto prazo, contará com quatro postos em bairros para a segurança da população prevenindo-se futuras modificações com desdobramentos.

Não menos importante, contudo, é a devida qualificação do pessoal que atua no setor. Porisso, espera-se para breve a formação de engenheiros de incêndio, reunindo elenco de disciplina da nossa Universidade Federal que por sua dinâmica Reitoria já manifestou concordância em oferecer toda a sua infra-estrutura para formação técnica contando com professores mantidos pelo Estado, que atuariam também no curso de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê.

Concluímos dizendo que as autoridades governamentais competentes, estão alertas ao problema da prevenção e combate a incêndios merecendo portanto, o nosso reconhecimento, como representantes do povo que aqui vive e trabalha.

Tenho dito. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência, registra com honra, a visita a esta Casa do Sr. Prefeito de Cianorte, assim como do Senhor Castro Arantes Pereira, Presidente do MDB de Jacarezinho.

Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezzi. — (Pausa) — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, no Grande Expediente. — (Declina).

Tem a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi feliz, a oportunidade de poder ainda no Grande Expediente, a apresentação de um requerimento, reiterando a instalação de rede telefônica nos municípios de Catanduvas e Leônidas Marques. Digo reiterando, porque em abril do ano passado várias gestões fizemos junto àquela empresa para que o serviço de telefonia fosse instalado naqueles dois municípios. Não se justifica que esses municípios fossem preteridos, sendo instalado o sistema de comunicações em alguns distritos, e não vai aqui nenhuma diminuição a qualquer distrito de outros municípios.

Ocorre que temos o conhecimento, por informações que nos reservamos o direito de não declinar, de que seriam instalados estes serviços nos dois municípios apenas depois do primeiro trimestre ou na metade do ano político, que seria 1976.

É dever do parlamentar buscar a feitura de obras públicas para os locais de suas representação. Mas o que causa estranheza, o que causa dúvidas e deixa perplexo o povo paranaense é o engodo com que as coisas públicas são levadas.

Reitero o objetivo de minha vinda a esta tribuna, solicitando que, embora sendo ano político, não se queira credenciar a determinadas áreas políticas, não se queira creditar somente a alguns deputados, nobres também, o trabalho que aqui em Curitiba fazem para as regiões que representam, em detrimento de alguns esforçados e, na maioria, deputados do MDB.

E falo em engodo, porque numa nota de S. Exa. o Ministro da Educação Ney Braga, e não sei se realmente é erro do "O Estado de São Paulo" que desde tradições das mais longínquas recebeu fé de todos os meus ancestrais ou se o próprio Ministro teria dito num esquecimento, e como Ministro de Educação realmente pode esquecer — diz ele que não vinha ao Paraná há muito tempo. Eu o encontrei no Aeroporto há pouco tempo.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Concedo a palavra ao Deputado João Cioni Netto.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A fim de que possa ser incluído na Ordem do Dia da sessão de hoje, vou proceder a leitura de um pedido de informações dirigido ao Sr. Secretário do Interior, sobre a SANEPAR. (Lê):

"Senhor Presidente.

1 — Em data de 28 de fevereiro de 1975, em ato que foi expressamente testemunhado pelo subscritor do presente, firmou-se um Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e remoção de esgotos sanitários, entre a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR e o município de Arapongas, este representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Waldyr Pugliesi, devidamente autorizado pela Lei Municipal número 1105, de 03 de fevereiro de

1975, e aquela, por seu Diretor-Presidente de então, Engenheiro Mário Brandalize, na forma de seu Estatuto Social.

2 — De conformidade com a cláusula décima-primeira do aludido contrato, “as obras relativas ao sistema de esgotos sanitários “seriam” iniciadas até o dia 31 de dezembro de 1975, com execução ininterrupta até o final da primeira etapa, prevista em projeto”, constituindo obrigação exclusiva da Concessionária.

3 — Ao final do período legislativo de 1975, já em reunião extraordinária, esta Casa aprovou Mensagem Governamental de número 92/75, constante do Projeto de Lei 151/75, autorizando o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, até o montante de cinco bilhões e um milhão de cruzeiros ou o equivalente em moeda estrangeira, sendo que, do montante solicitado, Cr\$ 465.000.000,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros) seriam garantias às obrigações assumidas pela SANEPAR, dentro do Programa do Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, visando atender 115 municípios paranaenses, conforme constou da Mensagem do Senhor Governador do Estado.

4 — A concessionária, no entanto, até o presente, não iniciou as obras relativas ao sistema de esgotos sanitários em Arapongas, apesar de decorridos perto de 3 meses da data avançada, incorrendo assim em flagrante inadimplência.

5 — Por todo o exposto requer, ouvida a Casa, nos termos dos Artigos 16, inciso V e 20, parágrafo 2º, da Constituição Estadual, seja encaminhado, por intermédio do Senhor Governador do Estado, ao Senhor Secretário do Interior, a cuja pasta se acha vinculada a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, o presente “pedido de informações”, a fim de que se obtenha do mesmo resposta aos itens a seguir formulados:

1º — Por que a SANEPAR não deu início até o dia 21 de dezembro de 1975, conforme se obrigara expressamente na cláusula 11 do Contrato de Concessão firmado com o município, às obras relativas ao sistema de esgoto sanitário da cidade de Arapongas?

2º — A SANEPAR tem deixado de cumprir obrigações idênticas também em relação a outras cidades paranaenses? Quais?

3º — A SANEPAR recebeu do Poder Executivo as garantias do montante de 465 milhões de cruzeiros a que se refere a Mensagem Governamental supracitada?

Sala das Sessões, em 16 de março de 1976”.

Esse o pedido que encaminhamos à Mesa a fim de ser submetido à apreciação da Casa, na data de hoje.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Tão somente para solicitar a V. Exa. que me informe ou que repita, por favor, a cifra enunciada por V. Exa., se se refere a recursos do Governo Federal, repassados para o PLANASA ou se é cifra destinada em termos de convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria do Interior, e a Prefeitura de Arapongas.

O SR. MUGGIATI FILHO — Vou repetir para V. Exa.: “ao final do período legislativo de 1975, em reunião extraordinária, esta Casa aprovou Mensagem Governamental 92/75, constante do Projeto de Lei número 151/75, autorizando o Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamento interno ou externo, até o montante de 5 bilhões e 1 milhão, equivalente em moeda estrangeira, sendo que do montante solicitado”, — e isso está na mensagem assinada pelo Sr. Governador, “465 milhões, lá está dito, serão garantia das obrigações assumidas pela SANEPAR dentro do programa do Plano Nacional de Saneamento, visando atender 115 municípios paranaenses, conforme constou da referida mensagem”.

O SR. IVO THOMAZONI — Devo informar a V. Exa. que votaremos com o requerimento de V. Exa., que é esclarecedor.

Mas, a autorização solicitada pelo Sr. Governador do Estado, para contrair empréstimo e com os recursos desenvolver diferentes setores da administração pública, posso assegurar que realmente, alguns dos itens preconizados através da Mensagem 92/75, as autorizações visando a obtenção desses recursos ainda não foram concluídas.

A aprovação da mensagem, deveria ainda, no que respeita a empréstimo externo, o Governo do Estado aguardar a autorização expressa do Congresso Nacional. No tocante aos recursos a serem injetados no PLANASA há várias posições e não sei se já foram ou não concluídas, mas, se concluídas, serão rigorosamente aplicadas dentro do que preconiza a Mensagem Governamental.

O SR. MUGGIATI FILHO — Em apoio às informações de V. Exa. que como sempre são as mais valiosas possíveis, gostaria de deixar bem claro que a obrigação assumida pela SANEPAR, foi em data de fevereiro de 1975. Consequentemente, o Governo do Estado, através do Poder Executivo, não havia ainda formulado a mensagem a que fiz referência. De forma que acredito que de uma forma ou outra, a SANEPAR deveria ter uma assessoria financeira e econômica para assumir obrigação dessa natureza.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 07/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 184/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CP. — **Aprovado, artigo, por artigo.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Rodrigues Venegas, ocorrido em Arapongas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agamenon Pereira, comerciante pioneiro em Paranavaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela nomeação para a Direção do Centro de Desportos da Universidade Federal do Paraná, do esportista Barcimio Sicupira Junior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Segurança Pública, referente ao Instituto de Identificação — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo sob o título “Primeiro Ano”, editorial do jornal “Diário do Paraná”. — **Aprovado. (O editorial acha-se publicado no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secre-

tário dos Transportes, em forma de protesto pelo descaso com que está sendo tratado o povo de Palmeira, no que diz respeito a estrada Palmeira-Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações à revista "Rumo Paranaense", pela homenagem prestado ao ilustre paranaense Sr. Avelino Antonio Vieira, onde focaliza a personalidade do fundador da Rede Bamerindus do Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado, por intermédio do Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário do Interior, pedido de informações sobre a SANEPAR. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à TELEPAR, no sentido de que sejam urgenciados os serviços de implantação do sistema telefônico nos municípios de Capitão Leônidas Marques e Catanduvas. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 07/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 135/75.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IVO THOMAZONI, EM SESSÃO DO DIA 16 DE MARÇO DE 1976.

"PRIMEIRO ANO"

O Paraná vê transcorrer amanhã o primeiro ano da posse de Jayme Canet Junior e Octávio Cesário Pereira Junior nos cargos de Governador e vice-governador do Estado, depois de um longo período de sucessivas crises que geraram um clima de tensão e expectativa na opinião pública, face aos acontecimentos políticos que envolveram a administração estadual até que Emílio Gomes fosse eleito pela Assembléia Legislativa, para completar o mandato de Haroldo Leon Peres, o governador renunciante que chegou à chefia do Executivo estadual naquilo que os analistas consideram um "equivoco de escolha do sistema". Nesse período, a enfermidade do professor Parigot de Souza, exigiu que o cargo de governador fosse, em sucessivas ocasiões, ocupado pelo presidente da Assembléia, causando a descontinuidade administrativa. Foram dias difíceis e de incerteza que muitas vezes deixaram os paranaenses perplexos.

Com a eleição indireta e a posse de Canet e Cesário foi possível restabelecer no Estado o clima de continuidade administrativa que os sempre crescentes problemas do Paraná, uma das mais progressistas unidades da Federação, estariam a exigir.

Agora, quando se completa o primeiro período de 12 meses do atual governo, cabe aos paranaenses o julgamento do que tem sido essa administração. É justo que se reconheça, de imediato, que a presença de Canet no Palácio Iguaçu, desde o dia da sua posse, assegurou a certeza de que teríamos um governo voltado para uma projeção dinâmica da administração, pautada pela austeridade que caracteriza a pessoa do governador. Politicamente, o que se tem visto é o clima de tranquilidade e plena harmonia entre os Poderes, com acentuada colaboração no encaminhamento

e solução das questões, nas quais, sobreleva o interesse público. Ressalte-se que o governador, e mesmo secretário de Estado, compareceram em diversas oportunidades à Assembléia Legislativa para apresentação, debate e esclarecimentos de assuntos submetidos à apreciação daquela Casa de Leis resultando soluções, de maior amplitude. Assim foi no encaminhamento das autorizações para captações de recursos externos para fazer frente aos projetos de importantes obras públicas e de recuperação da economia estadual, gravemente afetada pelas geadas do ano passado.

Em que pesem os efeitos deixados pelos fenômenos climáticos de 75, o governador soube encaminhar soluções que possibilitaram a recuperação econômica do Paraná. Isso foi possível ao desenvolvimento do seu programa consubstanciado nos "objetivos e metas" para o quadriênio.

A partir da aplicação da reforma administrativa, que ainda demandará algum tempo para atingir todos os setores dos serviços públicos, o que se tem observado é que já é melhor o rendimento das atividades administrativas, propiciando melhores facilidades aos que dependem dos órgãos governamentais. E: nesse setor, é justo acentuar a melhoria dos recursos humanos, propiciando aos servidores condições de desenvolvimento pessoal e melhor remuneração, como fez Canet ao tornar o Paraná o primeiro Estado brasileiro a ter brevemente um Instituto de Recursos Humanos. A elaboração do Estatuto do Magistério, que se encontra na Assembléia Legislativa, é outra grande iniciativa da atual administração que veio encaminhar a solução de uma reivindicação justa do professorado e que se arrastava por longos anos.

O fim do abuso dos carros oficiais, que trouxe considerável economia aos cofres públicos, é outra iniciativa que recebeu o aplauso dos paranaenses. E os projetos de desburocratização da máquina administrativa a tornarão mais ágil e eficiente.

O programa de construção de salas de aulas é um dos mais ambiciosos que o Paraná já conheceu. E o atual governo o vem executando rigorosamente. A cada viagem do governador ao interior do Estado, mais carteiras são disseminadas para a nossa população, estando prevista a construção de um total de três mil novas dependências escolares.

No setor de saúde, foi iniciado em 75 o programa de imunização em massa e ampliação do número de leitos hospitalares em todo o Estado. Na assistência social, o amparo ao menor teve um grande impulso e novos estabelecimentos foram construídos.

O problema rodoviário mereceu do governador tratamento preferencial. Até o final deste ano serão entregues, em todo o Estado, 920 quilômetros de rodovias pavimentadas e projeta-se a construção de mais mil km de rodovias vicinais e alimentadoras.

Os produtores receberam todo o apoio, dentro do propósito de se implantar no Paraná uma agropecuária de vanguarda. Novos recursos da tecnologia estão sendo facilitados aos agricultores e cabe destacar a grande preocupação com a pesquisa, tornando-se o Instituto Agrônomo do Paraná o centro dessas atividades.

O comércio, a indústria, enfim todos os setores de atividades foram e estão sendo incentivados, num trabalho planejado e que, por certo, será benéfico. Hoje, as decisões estão descentralizadas, com a permanente presença do governador em todas as regiões do Estado, ouvindo reivindicações, observando problemas e dificuldades, sentindo as aspirações das populações interioranas é adotando decisões pelo bem comunitário, dentro do estilo empresarial dinâmico com que o governador vem administrando o Paraná.

Quando se prepara para festejar o primeiro aniversário do atual governo, o Paraná pode proclamar que com Canet e Cesário vive um novo tempo".